



MERITOCRACIA E CIDADANIA: o papel das instituições educacionais num contexto de privilégios

MERITOCRACY AND CITIZENSHIP: the role of educational institutions in a context of privileges

ARTIGO

Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento¹

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

E-mail: francisco.42240073@ucp.br

RESUMO:

O artigo tem como objetivo refletir sobre as contribuições das instituições sociais na sociedade e os processos educacionais como alternativas de resistência num contexto de privilégios. Para tanto, buscamos situar o fenômeno educativo no contexto da modernidade, através de um olhar crítico e reflexivo. O conceito de política como preocupação com o mundo ganha relevância frente ao risco que corre a coisa pública de desaparecer a partir da hegemonia neoliberal. Autores como Paulo Freire, Hannah Arendt, Perry, Foucault, Certeau, Dussel, Dardot e Laval e outros ajudaram no caminho reflexivo. Nossa hipótese é que por mais que a globalização tenha esvaziado a construção social, as instituições educativas podem reverter a lógica individualista através de processos coletivos e duradouros que primam pela participação cidadã. A metodologia foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica a partir dos referenciais estudados na disciplina Instituições e Processos Educacionais no curso de Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis-RJ. Conclui-se que é possível resgatar o sentido das instituições e a possibilidade transformadora dos processos democráticos como horizonte do comum e o compromisso com cada estudante que chega na escola como oportunidade de superação da desigualdade social.

Palavras-chave: Política, Educação, Instituições, Processos Educacionais.

..

ABSTRACT:

The article aims to reflect on the contributions of social institutions in society and educational processes as alternatives for resistance in a context of privileges. To this end, we seek to place the educational phenomenon in the context of modernity, through a critical and reflective look. The concept of politics as a concern for the world gains relevance given the risk that public affairs run of disappearing as a result of neoliberal hegemony. Authors such as Paulo Freire, Hannah Arendt, Perry, Foucault, Certeau, Dussel, Dardot and Laval and others will help on the reflective path. Our hypothesis is that no matter how much globalization has emptied social construction, educational institutions can reverse the individualistic logic through collective and lasting processes that prioritize citizen participation. The methodology was carried out through a bibliographical research based on the references studied in the subject Educational Institutions and Processes in the Doctorate in Education course at the Catholic University of Petrópolis-RJ. It is concluded that it is possible to rescue the meaning of institutions and the transformative possibility of democratic processes as a horizon of the common and the commitment to each student who arrives at school as an opportunity to overcome social inequality.

Keywords: Politics, Education, Institutions, Educational Processes

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

O conhecimento para Freire (2001) é resultado da ação e reflexão, como curiosidade em constante movimento. Segundo o educador brasileiro, liberdade e autonomia ganham sentido no momento que a vocação do ser humano corre o risco de ser negada. No momento que presenciamos o aumento da desigualdade social em nosso mundo e os riscos de uma cultura pautada no silêncio e na ausência de uma parcela significativa da humanidade, somos desafiados a propor novos caminhos de uma racionalidade que se compromete com uma agenda comum. Defendemos a hipótese que as instituições educacionais têm um papel preponderante no estabelecimento de prioridades, metas, conteúdos e meios de emancipação humana, sendo os processos sociais, possibilidades reais de cooperação entre as pessoas na perspectiva de uma transformação do mundo.

Partimos de uma análise dialética sobre o papel das instituições educacionais num contexto de privilégios de uma minoria, buscando ressaltar a necessidade de uma revisão do conceito de política em nossa sociedade. Por um lado, a perspectiva escolar que reproduz o contexto familiar através de conteúdos e decisões que padronizam o ensino e sua aprendizagem; e por outro, a novidade do agir humano como terreno fértil que se renova a partir da leitura crítica do mundo que se funda na prática. Quanto mais possibilitamos a ampliação da convivência entre os seres humanos reais e históricos, mais testemunharemos rupturas e opções livres frente aos condicionamentos e determinismos sociais.

Inicialmente, buscamos discutir o referencial da modernidade que na centralidade cultural inaugura a ideia de periferia, como falácia eurocêntrica. As consequências dessa visão de mundo são a interpretação providencialista do cosmos econômico que conduz a uma apologia da meritocracia, sendo o esforço e o trabalho, garantias de riqueza que justificam a violência da exclusão justificada. Nesse cenário, é fundamental fazer uma oposição entre vigilância epistemológica alicerçada na leitura crítica e na resistência diante de um processo de controle hierárquico, que funciona como aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, se aplicam.

Por fim, a política que surge no entre-os-homens, como relação que busca organizar e regular o convívio de diferentes na pluralidade social. Na convivência entre os diferentes, existem coisas comuns que devem ser consideradas para além de uma visão familiar ou de crenças individuais que focam na individualidade. Daí a importância das instituições sociais como promotoras do diálogo e da epistemologia crítica que analisam as condições históricas em que vivem as pessoas, viabilizando a comunicação autêntica com os que foram excluídos. Partimos da premissa que sem espaços democráticos, dificilmente o excluído terá condições de intervir, participar e apresentar sua realidade diante da força do colonizador. Somos movidos pela esperança que se renova em cada estudante que chega no espaço educacional como possibilidade de uma nova leitura do mundo através do conhecimento. As políticas educacionais como processos vivenciados e assumidos pelas instituições no caminho de um horizonte de emancipação devem assumir a pluralidade de culturas e rostos que teimam em fazer do saber uma força que insiste em permanecer viva e eficaz, em cada criança, em cada jovem e em cada adulto, que não desiste de sua vocação humana.

2 RAZÃO MODERNA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA

Ao elaborar esse texto, buscamos numa anamnese dos debates vividos e compartilhados na Universidade Católica de Petrópolis/RJ, no programa de Pós-Graduação em Educação, na disciplina Instituições e Processos Educacionais, resgatar o quadro referencial que foi a entrada na modernidade. Os autores estudados lembram que a cultura desse contexto é herdeira de valores propagados pelo iluminismo e pautada numa perspectiva utilitarista que afeta a unidade e proposta institucional. Se os tempos da antiguidade e no período medieval, o ser humano estava profundamente vinculado à comunidade e as instituições tinham um papel preponderante na construção social, agora estamos num cenário multifacetado e subjetivo.

Segundo Dussel (1993), “a modernidade deve ser pensada como um processo dialético a partir de uma centralidade cultural que inaugura a ideia de periferia, como falácia eurocêntrica”. Os acontecimentos históricos devem ser analisados dentro de uma ancoragem social que excluem uma grande parcela da humanidade. A ideia de desenvolvimento e

superioridade estabelece ao diferente a condição de bárbaro e primitivo como exigência moral. Sendo assim, a educação deve justificar o discurso hegemônico, desconstruindo a violência que acompanha a modernidade (Lander, 2005 apud Dussel 1992, p. 64).

A concepção de vida burguesa, individualista e subserviente ao capital, se materializa na propriedade privada, e impõe aos excluídos do sistema o silêncio e a manipulação de uma visão de mundo que justifica sua condição no mundo. No contexto pós-segunda guerra mundial, vimos com esperança o nascedouro da ONU como instituição que faria a mediação entre os países, evitando que os horrores do extermínio de grupos étnicos viessem a se repetir. Pois bem, o cenário atual tem demonstrado o enfraquecimento dessa instituição que representa o entendimento entre os povos, ficando refém de interesses oligárquicos e imperialistas que em nome da economia, aceita a irracionalidade da violência contra o ser humano e a natureza em sua diversidade. O conservadorismo com uma agenda moral e religiosa busca inculcar na sociedade uma defesa de ideais exclusivos, omitindo o sofrimento do outro e sua razão humanitária.

A razão moderna encobre um mito, diz Dussel (1993). No discurso do progresso e da ordem existe uma permanência que mascara a reflexão filosófica. Tanto o ethos existencial quanto o universal pode em nome da justificativa da preguiça ou da covardia, justificar a incapacidade dos que foram deixados à margem da história de pensar e decidir o seu destino. Na visão religiosa ensinada através dos manuais de catequese e que orientavam os preceitos morais, a periferia é sinônimo do inferior, como sujo e indesejável. Caberia aos convertidos saírem dessa condição, sendo missão dos dominadores conduzir os dominados para a civilização. Em nossa análise é fundamental essa crítica como justificativa excludente alicerçada na superioridade, onde o discurso cristão afirma que o continente europeu nada tem a aprender dos outros mundos.

Nas considerações de Dussel (1993, p. 22), “é a sacralização do Norte e do Centro que transforma a razão ilustrada em cinismo e crueldade”. O projeto institucional é utilizado para legitimar a superioridade europeia sobre os pobres e marginalizados. O diferente deve se tornar igual para ser reconhecido e respeitado (Dussel, 1993, p. 36). O conquistador de ontem assim como o neoliberal de hoje não aceita o diferente porque sua teleologia¹ é alicerçada num maniqueísmo² que está em guerra com o diferente, sendo necessário o controle e a necessidade da imitação dele. Sendo assim, é necessário incorporar a totalidade numa dinâmica de dissimulação e de palavras ingênuas que pregam o protótipo da história no conquistador, sendo ego cogito uma urgência que separa os povos com aprovação divina:

A colonização da vida cotidiana das pessoas simples e pobres foi o primeiro processo europeu de modernização, de civilização, alienando o outro como si mesmo, processo de domesticação, estruturação do modo como as pessoas viviam e reproduziam sua vida humana. Sobre o efeito daquela colonização do mundo da vida se constituirá o estado colonial enquanto economia capitalista que impõe ao periférico a condição de dependente (Dussel, 1993, p. 51).

Considerando que a colonização foi excluindo da comunidade hegemônica muitos rostos, resgatar essa dignidade se faz urgente e necessário. Como não é possível uma perspectiva política unificadora diante do arcabouço histórico de oposição à libertação do oprimido, uma alternativa é a força das instituições através dos processos de vivência no interior dessas comunidades, como antítese desse discurso de dominação. O que Dussel (1993, p. 159) chamou de “emancipação dos dominados que adquirem fisionomia como sujeitos históricos através da participação política”.

¹ Conceito filosófico que se refere ao estudo dos fins ou propósitos. A palavra vem do grego *télos* (fim, objetivo) e *logos* (estudo, discurso). De acordo com Abbagnano (2003), este termo foi criado por Wolf para indicar a parte da filosofia natural que explica os fins das coisas..

² Doutrina do sacerdote persa Mani que viveu no século III. Admite dois princípios: um do bem, ou princípio da luz, e outro do mal, ou princípio das trevas.

3 A GLOBALIZAÇÃO FAVORÁVEL AO MERCADO E A CRESCENTE DESIGUALDADE SOCIAL

A leitura mitológica que acompanha a compreensão do mundo ocidental tem insistido na ideia de que somos marionetes de um destino ou de forças celestes que concebem castigos e recompensas, conforme o comportamento de cada ser humano no mundo. Segundo Sandel (2022, p. 55), “a fé³ como aceitação incondicional do mistério seria uma condição para viver dentro dos parâmetros estabelecidos e os castigos como consequências dos erros de cada pessoa”. Ora, essa perspectiva⁴ tem alimentado os defensores do liberalismo econômico, justificando o sucesso de uma minoria a partir dos esforços individuais. Por mais que saibamos o quanto essa visão não encontra fundamento na ontologia e que existe uma tensão entre mérito e graça, a realidade de abandono social de uma grande parcela da humanidade tem sido um terreno fértil de equívocos epistemológicos, levando as pessoas excluídas das benesses do capitalismo a se sentirem culpadas pelo fracasso econômico como consequência do pecado pessoal.

A existência numa sociedade que valoriza o consumo e a ideia de felicidade como conquista material, apresenta o trabalho humano não como algo inerente ao ser e suas relações na sociedade, mas como uma forma de saber se a pessoa está entre os aptos para o mercado. No ditado popular: Faça sua parte e Deus te ajudará ou em outras palavras, Deus ajuda a quem desde cedo está na labuta, resulta em uma concepção que o sucesso é uma indicação de quem está destinado a vencer. A interpretação providencialista do cosmos econômico conduz a uma apologia da meritocracia, sendo o esforço e o trabalho, garantias de riqueza que justificam a violência da exclusão justificada.

É tentador atribuir triunfo do domínio e mérito à tendência secular de nossos dias. À medida que a fé em Deus diminui, a confiança na agência humana se fortalece; quanto mais nos concebemos como autossuficientes, capazes de vencer pelo próprio esforço, menos temos motivos para sentir em dívida ou gratos por nosso sucesso. A ideia de que somos agentes humanos livres, capazes de ascender e de obter sucesso por meio de esforço próprio é apenas um aspecto da meritocracia. Igualmente importante é a convicção de que as pessoas bem-sucedidas merecem seu sucesso. Esse aspecto triunfalista da meritocracia gera arrogância entre vencedores e humilhação entre perdedores. (Sandel, 2022, p. 61)

Na abordagem de Sandel (2022, p. 63), “a combinação entre esforço humano e sanção providencial impulsiona a meritocracia”. Esse entendimento leva ao alinhamento do sucesso pessoal ao merecimento moral como compreensão de uma prosperidade abençoada pelo ser divino que recompensa, enfatizando a agência humana. O livre arbítrio⁵ como escolha individual leva a uma concepção de responsabilidade pelo seu destino, valorizando o merecimento dos ricos em relação aos pobres. Essa perspectiva de um providencialismo é importante em nosso debate sobre as instituições sociais e processos desenvolvidos no interior das comunidades ao analisarmos o discurso sobre o que devemos fazer para ajudar as pessoas com dificuldades.

Concordamos com as ideias do filósofo americano quando reforça que o projeto de globalização orientado pelo mercado se mostrou incapaz de atender a população num momento tão crucial que foi o contexto da pandemia, não sendo capaz de produzir as máscaras cirúrgicas e os medicamentos, privando as pessoas da dignidade merecida (Sandel,

³ O conceito de fé em Deus apresentado pelo filósofo americano significa aceitar a grandiosidade e o mistério da criação, não esperando que Deus dispense recompensas e castigos com base no mérito e merecimento de cada pessoa.

⁴ Um dos primeiros proponentes dessa solução foi um monge britânico do século V chamado Pelagius. Apesar de não ser muito conhecido, alguns comentaristas modernos argumentaram que, como campeão do livre-arbítrio e responsabilidade individual na teologia cristã antiga, Pelagius foi um precursor do liberalismo.

⁵ Para Tomás de Aquino (1225), o livre-arbítrio é a causa do movimento porque através dele, o ser humano determina-se a agir. Ele acrescenta que para existir, não é necessário que o homem seja a primeira causa de si mesmo, como de fato não é, pois a primeira causa é Deus. Mas a Primeira Causa não impede a autocausalidade do homem.

2022, p. 11). Ao mesmo tempo que os trabalhadores eram privados de um trabalho justo e de uma rede proteção diante da situação de calamidade pública, os detentores do poder através do acúmulo de riquezas, praticavam seu distanciamento social, afastando-se dos esfarrapados do mundo. Nessa lógica, a educação⁶ tem o papel de equipar os que foram selecionados pelo capital para competir e vencer num cenário de oportunidades iguais, deixando aos excluídos do sistema, a explicação do destino social.

Os defensores desse credo confiam que estão no lado certo da história, pois se não fosse assim, não seriam os vencedores. Na medida em que unem mérito e graça, usam dos elementos da religiosidade para justificar o conservadorismo que justifica a conquista e o fascínio do status quo, perseguindo e se necessário, eliminando o marginal. No lugar da graça, coloca-se o mérito como proposição do merecimento. Podemos verificar, o apelo ao trabalho árduo e humilhação dos mais pobres, entendida como destino:

Porque isto é também como um homem que, partindo para fora da terra, chamou os seus servos, e entregou-lhes os seus bens. E a um deu cinco talentos, e a outro dois, e a outro um, a cada um segundo a sua capacidade, e ausentou-se logo para longe. E, tendo ele partido, o que recebera cinco talentos negociou com eles, e granjeou outros cinco talentos. Da mesma sorte, o que recebera dois, granjeou também outros dois. Mas o que recebera um, foi e cavou na terra e escondeu o dinheiro do seu senhor. E muito tempo depois veio o senhor daqueles servos, e fez contas com eles. Então aproximou-se o que recebera cinco talentos, e trouxe-lhe outros cinco talentos, dizendo: Senhor, entregaste-me cinco talentos; eis aqui outros cinco talentos que granjeei com eles. E o seu senhor lhe disse: Bem está, servo bom e fiel. Sobre o pouco foste fiel, sobre muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor. E, chegando também o que tinha recebido dois talentos, disse: Senhor, entregaste-me dois talentos; eis que com eles granjeei outros dois talentos. Disse-lhe o seu senhor: Bem está, bom e fiel servo. Sobre o pouco foste fiel, sobre muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor. Mas, chegando também o que recebera um talento, disse: Senhor, eu conhecia-te, que és um homem duro, que ceifas onde não semeaste e ajuntas onde não espalhaste; E, atemorizado, escondi na terra o teu talento; aqui tens o que é teu. Respondendo, porém, o seu senhor, disse-lhe: Mau e negligente servo; sabias que ceifo onde não semeei e ajunto onde não espalhei? Devias então ter dado o meu dinheiro aos banqueiros e, quando eu viesse, receberia o meu com os juros. Tirai-lhe pois o talento, e dai-o ao que tem os dez talentos. Porque a qualquer que tiver será dado, e terá em abundância; mas ao que não tiver até o que tem ser-lhe-á tirado. Lançai, pois, o servo inútil nas trevas exteriores; ali haverá pranto e ranger de dentes (Evangelho de Mateus, 25: 14-30).

De acordo com Sandel (2022, p. 52), “a ideia de que nosso destino está em nossas mãos, que nosso sucesso não depende de forças além de nosso controle” tem sido uma referência para o julgamento das pessoas em relação ao processo de progresso social. Não é por acaso que a questão da predestinação como um resultado determinado foi tão combatido no ocidente. Para os reformistas a ideia de prosperidade e mérito, dialogam com o comportamento impróprio, sendo o sofrimento a consequência de nossa transgressão.

A visão de mundo que encontramos na sociedade contemporânea evidencia essa crença ao defender que os vencedores economicamente conseguiram com talento e trabalho, e que pobreza é sinônimo de preguiça e falta de dedicação pessoal. A meritocracia encontra na tradução bíblica a justificativa com ênfase no esforço individual e na consequência da desobediência. Segundo Sandel (2022, p. 12), “qualquer esperança de renovarmos nossa vida moral e cívica depende de entender como, ao longo das últimas quatro décadas, nossas relações sociais e nosso respeito um pelo outro se desmantelaram”. O aumento crescente da desigualdade entre as pessoas e culturas, produzindo o medo e a exclusão evidenciam que a meritocracia é um vazio que deve ser ocupado com ações institucionais que priorizam o coletivo. À medida que nos silenciemos frente às distâncias sociais ou que legitimamos os discursos morais, cultuando os vencedores através de talentos e empenhos individuais,

⁶ Uma forma que simplesmente se propõe a transmitir as técnicas de trabalho e de comportamento que já estão em poder do grupo social e garantir a sua relativa imutabilidade.

deixamos os esquecidos da dignidade possível ao destino narrativo que pode ser vida ou morte (Sandel, 2022, p. 22).

De acordo com Sandel (2022, p. 24), numa época em que a raiva contra as elites levou a democracia ao limite, a questão do mérito assume uma urgência especial. Por um lado, a convivência na diversidade de raça, etnia e gênero, a irritação com as elites e os privilégios naturalizados pelo discurso legitimador. Por outro lado, um mundo global e acelerado não permite o engajamento político, restando apenas o ressentimento diante de um cenário econômico e neoliberal. No coração desse fracasso está a forma como partidos dominantes conceberam e realizaram o projeto da globalização reduzindo a responsabilidade com o bem público ao tecnocrático, definindo ganhadores a partir da meritocracia. A versão de globalização favorável ao mercado trouxe uma crescente desigualdade. A era da globalização distribuiu suas recompensas de forma desigual, para dizer o mínimo:

Alinhados com essa crença na possibilidade da ascensão, partidos e políticos dominantes reagiram à crescente desigualdade, exigindo maior igualdade de oportunidade – oferecendo reciclagem a trabalhadores cujo emprego desapareceu devido à globalização e tecnologia; melhorando o acesso à educação superior; removendo as barreiras de raça, etnia e gênero. Essa retórica da oportunidade é resumida no lema pessoas que trabalham duro e que seguem as regras são capazes de ascender até onde seu talento levar (Sandel, 2022, p. 35).

A crítica de Sandel (2022, p. 37) em relação à meritocracia vai além do limite da prática em relação ao ideal. Se fosse assim, a igualdade de oportunidades levaria a condições dignas, independentemente do ponto de partida. Quando olhamos o abandono social e as mazelas em que vivem bilhões de pessoas no mundo, parece que não merecemos ser recompensados, se não considerarmos os fatores que estão além do nosso controle. A política que deveria cuidar do comum, “felicitava os vencedores e rebaixa os que não conseguem um espaço no mercado”. É difícil escapar do pensamento do fracasso individual diante do desemprego, do insucesso nos exames escolares, do salário baixo que não permite o consumo necessário.

4 O PODER DISCIPLINAR E AS TÉCNICAS DE VIGILÂNCIA

A releitura do estruturalismo é um convite a uma crítica reflexiva frente a uma série de repetições inconscientes que em nome da ordem e do estabelecimento de critérios unificados, prejudicam a convivência entre os diferentes nas instituições educativas. Segundo Foucault (2014, p. 165), “a política é apresentada como técnica da paz e da ordem internas que visa a formação do exército perfeito como massa disciplinada”. Nesse sentido, o sucesso do poder disciplinar é que ele é simples: olhar hierárquico, sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.

Nesse cenário, é fundamental fazer uma oposição entre vigilância epistemológica alicerçada na leitura crítica e na resistência diante de um processo de controle hierárquico, que é um “aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (Foucault, 2014, p. 168). Interessa-nos resgatar a crítica de Foucault na análise das instituições disciplinares que produziram uma maquinaria de controle, funcionando como um microscópio do comportamento para destacarmos a possibilidade das instituições como espaços humanizadores e seus processos que emancipam e transformam. Em nossa tese, buscamos o desenvolvimento de uma capacitação coletiva que possibilite olhares diversos gerando convergências e divergências no horizonte da fragilidade humana e suas construções no cotidiano.

Pretendemos argumentar que o acompanhamento pedagógico é mais eficaz do que a fiscalização que fechada numa ideia de essência e criadora de mecanismos de regulação, aliena-se diante da novidade da vida em sua diversidade. O que deve moldar as instituições não é a eficiência, mas a criatividade que integra as pessoas. O poder disciplinar e as técnicas de vigilância devem dar lugar à cooperação e a uma rede de conexões, onde corpos e ideias são diferentes. A razão da força cede espaço para a força dos argumentos, onde igualdade e justiça são horizontes viáveis. Podemos verificar que a preocupação de Foucault (2014) é

importante para nossa análise atual e suas considerações têm enorme relevância para o contexto em que estamos inseridos:

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (Foucault, 2014, p. 140)

A perspectiva do poder alicerçado no controle que leva as instituições a optarem por mecanismos de seleção e classificação é importante para nossa antítese ao afirmarmos que essa visão apresenta uma proposta equivocada da formação humana no espaço educacional. As comunidades responsáveis pela preparação humana para a convivência social acabam por priorizar em seus projetos educativos, os instrumentos repressores como tempos, atividades, comportamentos e discursos que visam a reprodução de um modelo social que foi estabelecido como padrão. A escola é um bom exemplo ao estabelecer uma série de procedimentos que culminam na aprovação ou reprovação:

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (Foucault, 2014, p. 144).

As atividades curriculares reforçam a duração do poder com intervenções pontuais corrigindo atrasos, negligências, condutas inapropriadas que vão desde correções, castigos, até a eliminação.

5 AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E OS PROCESSOS DURADOUROS

No final do século XX, Buber (1979) descreve a importância da relação EU-TU, como experiência do mundo, na urgente e necessária, reciprocidade. Ao elucidar o agir humano como encontro face a face, apresenta a possibilidade de interpretarmos o mundo com novas formas, sendo cada descoberta, uma experiência fundamental para o desenvolvimento da vida. Para ele, a grande melancolia de nosso destino é fazer do diferente, um isso, condenando-o a reduzir-se a uma coisa. Nessa mesma preocupação, Arendt (2021), reforça que a filosofia tem boas razões para não se limitar apenas em encontrar o lugar onde surge a política. Reduzir a existência do ser humano a uma essência ou a um surgimento misterioso de um ser divino, como expressão da imagem de uma criação solitária, pode nos levar a uma visão equivocada em que o nosso destino é a repetição dos bens sucedidos na história.

No parecer de Arendt (2021, p. 23), “a política surge no entre-os-homens, como relação” que busca organizar e regular o convívio de diferentes na pluralidade social. Ela reitera que na convivência entre os diferentes, existem coisas comuns que devem ser consideradas para além de uma visão familiar ou de crenças individuais que focam na individualidade. Infelizmente temos presenciado um retrocesso histórico que se manifesta na valorização da vida privada sobre o coletivo, evidenciando um discurso que legitima o semelhante e exclui o estranho, esvaziando o elemento fundamental da vida coletiva: a convivência entre os diferentes.

Porém, sob o ponto de vista prático-político, a família ganha sua importância inquestionável porque o mundo assim está organizado, porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo — vale dizer, para os mais diferentes. As famílias são fundadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, no qual se precisa ter parentesco. Esse desejo leva à perversão fundamental da coisa política, porque anula a qualidade básica da pluralidade ou a perde através da introdução do conceito de parentesco. (Arendt, 2021,

p. 22)

Essa ideia da coisa pública, Arendt (2021) encontra na história da polis grega e que, segundo ela, é idêntica à liberdade, porque sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles através da ação na realidade em que estão inseridos. Sendo assim, somos chamados a pensar as instituições como espaços que tem suas estruturas que se manifestam em costumes e regras que realçam a vida privada, porém através da ação livre e racional, podemos fazer mudanças fundamentais na convivência entre as pessoas.

De acordo com Perry (2002), tanto os judeus com o monoteísmo ético com ênfase na dignidade humana, quanto os gregos no deslocamento da atenção dos deuses para os indivíduos, foram fundamentais para o pensamento racional que caracteriza a civilização ocidental. Segundo ele, “no século V a.C., em plena maturidade, os gregos consideravam sua polis como o único caminho para a felicidade” (Perry, 2002, 47). A polis de ontem, representa as instituições de hoje, como espaços onde o ser humano pode realizar suas capacidades com liberdade e os processos assim como as leis, devem emanar como ação política dentro da comunidade humana. Assim como na vida política grega, o que confere o significado duradouro às instituições sociais é a compreensão de que os problemas da comunidade são provocados pelos seres humanos e suas soluções dependem da valorização do exercício livre da cidadania.

Para Perry (2002, 49), “os atenienses valorizavam a liberdade política e buscavam o pleno desenvolvimento e enriquecimento da personalidade humana”. O que foi descrito por Tucídides, como descrição do ideal democrático de Atenas:

Somos considerados uma democracia, porque a administração está nas mãos de muitos e não de poucos. Mas embora a lei assegure igualdade de justiça a todos em suas questões privadas, o direito de excelência também é reconhecido; e quando um cidadão de algum modo se distingue, ele é [escolhido para] o serviço público... como recompensa por seu mérito. A pobreza tampouco constitui obstáculo, pois mesmo um homem de condições obscuras pode beneficiar seu país... Não há exclusividade em nossa vida pública, e em nossas relações privadas não suspeitamos uns dos outros, nem nos indispomos com nosso vizinho por ele fazer o que gosta; não lançamos sobre ele olhares irritados, que embora inofensivos são desagradáveis... um espírito de reverência permeia nossos atos públicos; evitamos fazer o que é errado em respeito a autoridade e às leis (Tucídides, 1881 apud Perry, 2002, p. 53).

De acordo com Arendt (2021, p. 27), as democracias de massa, apresenta por um lado a impotência do ser humano diante de sua existência e por outro, o processo de consumo e entretenimento que leva ao processo de esquecimento do real, permanecendo apenas as questões econômicas. Daí a eficiência dos preconceitos em relação ao processo político, ocultando o passado. As pessoas já têm um juízo formado em relação ao mundo e seus desdobramentos históricos, dificultando uma revisão dos processos e eu engajamento social.

No cenário de violência e desordem social, evidencia o que Perry (2002) chamou de quarta fraqueza da democracia, como possibilidade de um demagogo adquirir o poder prometendo despojar os ricos em benefício dos pobres. Devido a essas fraquezas inerentes à democracia, Platão (428 a. C) insistia no governo dos sábios, rejeitando a ideia de que o cidadão comum era capaz de participar das decisões públicas. Para ele, somente os que têm acesso ao conhecimento do mundo das ideias e da realidade inteligível teriam capacidade de decidir na polis. Ao debater a educação no século XXI, o filósofo Savater (2023) argumenta a favor da educação que promova a formação de cidadãos informados e capazes de se expressar de maneira inteligível. De acordo com o pensador espanhol, a escola não deveria contentar-se em formar apenas bons trabalhadores, visando atender as necessidades específicas de uma sociedade, deixando em segundo plano a formação crítica e cidadã que é inerente ao processo educacional. A formação de líderes, pessoas capazes de governar e decidir sobre o que é comum a todos e todas, ampliando a visão sobre os desafios coletivos e possibilitando a participação democrática nos rumos das instituições que cuidam das pessoas.

Assim como o filósofo, acreditamos na força transformadora da educação que ao possibilitar o acesso ao conhecimento, não só amplia horizontes existenciais, como também se capacita para conviver e participar das decisões coletivas que interferem nos rumos da

sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES

No diálogo com Koselleck (2006), encontramos as categorias de experiência e expectativa. Segundo ele, a tensão entre elas suscita novas soluções. Na ação humana encontramos a possibilidade da reconfiguração do tempo, na relação entre o mundo do texto e o contexto do sujeito numa temporalidade específica. O reconhecimento institucional não está isento da estrutura ideológica que afeta o processo hermenêutico. Daí a importância da reflexão numa investigação científica que busca no potencial heurístico as alternativas para as dificuldades encontradas. O espaço de experiência e o horizonte de expectativa são importantes na investigação do contexto histórico dos estudantes que nos acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados.

Na mesma esteira dos pós-modernos que criticam essa razão instrumental que justifica a dor, encobrindo a irracionalidade a partir de crenças e mitos, Dussel (1993), convida-nos a superar o projeto de dominação que omite os mais pobres do mundo. Daí a importância das instituições sociais como promotoras do diálogo e da epistemologia crítica que analisa as condições históricas em que vivem as pessoas, viabilizando a comunicação autêntica com os que foram excluídos. Partimos da premissa que sem espaços democráticos, dificilmente o excluído terá condições de intervir, participar e apresentar sua realidade diante da força do colonizador.

Quanto mais nos deparamos com os discursos e práticas que mobilizam as pessoas com foco na concorrência, igualmente reconhecemos a força do neoliberalismo em nossas relações. A competição tem invadido as instituições, destruindo os processos de cooperação e o entusiasmo cidadão que mobiliza o engajamento e a participação coletiva. De acordo com Dardot e Laval (2017), pensar a revolução no século XXI é reconhecer que o velho mundo está desaparecendo fragmento por fragmento. O processo dialético entre a permanência de um reino tirânico pautado na permanência do capital e a democracia anticapitalista deve nos conduzir a novos caminhos de reflexão epistemológica. As instituições educativas devem repensar suas práticas e processos de participação, cuidando para que o irrealismo e ignorância sejam repensados:

Continuam não querendo compreender a impiedosa dinâmica pela qual o neoliberalismo transforma a concorrência na lei de nosso mundo e, sobretudo, não querem compreender o caráter sistemático do poder oligárquico mundial, feito de governança financeira e vigilância policial; recusam-se, por conseguinte, a admitir as injustiças insuperáveis que o arcabouço institucional do neoliberalismo impõe a políticas, comportamentos e subjetividades, pelo menos enquanto formos seus prisioneiros (Dardot e Laval, 2017, p. 606).

Esse texto busca resgatar a perspectiva das instituições educacionais como instrumentos de humanização ao acolher a novidade do ser humano que chega ao espaço educacional, possibilitando novos processos de aprendizagem. Não aceitamos a sensação que ocupa nossas crenças e relações, que o capitalismo venceu e que essa é a única possibilidade de vivermos no mundo. Partimos da premissa que no interior das unidades educacionais espalhadas pelo mundo existem projetos que buscam o que é comum aos seres humanos através de práticas contrárias à racionalidade neoliberal. Após essa análise, temos o firme propósito que as comunidades movidas por uma reflexão crítica que mobiliza uma vigilância epistemológica são capazes de revisar os processos em prol de novas relações sociais.

Nós insistimos e confirmamos: a razão neoliberal não parou de se impor, não só porque ainda não encontrou forças contrárias suficientes, mas também porque a maneira como ela se impõe ainda não foi bem entendida. O confinamento disciplinar no esquema da concorrência universalizada é a principal alavanca da transformação das sociedades e dos Estados, para o máximo lucro de uma oligarquia muito pequena em número, mas extremamente poderosa, que consegue drenar a seu favor os ganhos oriundos da competição (Dardot e Laval, 2017, p. 607)

O espaço comum e suas possibilidades vão além de referenciais econômicos. O que deve mover os processos educativos é a solidariedade humana que vai se desenvolvendo na diversidade cultural com autonomia e liberdade. Os laços de cidadania devem fazer resistência ao discurso individualista que esvazia a ágora quando o domínio do mérito se sobrepõe à criatividade que reconfigura as relações humanas. Ao fazer o caminho de construção do texto, buscamos evidenciar o quanto o discurso neoliberal alicerçado na meritocracia tem prejudicado na construção ativa de políticas educacionais que buscam a emancipação do ser humano. Sendo assim, é necessário pensar uma nova lógica para as instituições sociais, através de processos que construam novas bases para a vida do planeta e do ser humano. Na mesma direção de Dardot e Laval:

chegou a hora de produzir visões novas sobre o além do capitalismo, pensar as condições e as formas possíveis do agir comum, esclarecer os princípios que podem orientar as lutas, unir as práticas dispersas à forma que uma nova instituição geral das sociedades poderias assumir. (Dardot e Laval, 2017, p. 16).

Por mais que vivamos num contexto de expansão das desigualdades sociais, afetando as condições de vida e a sobrevivência humana, defendemos que as instituições educacionais são capazes de oferecer às novas gerações uma racionalidade alternativa que apresenta o comum como o horizonte da nova razão política (Dardot e Laval, 2017, p. 616). As práticas e processos deverão ser pensados na perspectiva do uso comum sobre o privado, na participação democrática que respeita a diversidade e na responsabilidade compartilhada entre todos os atores da comunidade.

Como espaço de comunhão, tudo e todos devem mirar na arché. Enquanto princípio político, orienta a ação coletiva, deliberada no esforço mental, corpóreo e social de buscar o que é justo. Sendo o mundo um território comum, cada instituição compartilha da obrigação de zelar pelas ações como compromisso prático que une a todos nos procedimentos e conquistas. Nas palavras de Dardot e Laval (2017, p. 620), “existem comuns que devem ser instituídos” como coletivos que dão vida.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ARENDT, Hannah (1906–1975). **O que é política?** 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- BIBLIA DE JERUSALÉM. **Evangelho de Mateus**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Cortez, 1979.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DUSSEL, Henrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- DUSSEL, Henrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In.: LANDER, Edgardo (organizador). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5ª. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. **Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas**. In.: Futuro passado. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos

Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma história concisa. 3ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?** 7ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

i Sobre os autores:

Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento (<https://orcid.org/0009-0002-3185-3439>)

Professor e pesquisador, com graduação(1998) e especialização (2001) em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduação em Teologia - Seminário Santo Antônio (1996), especialização em Educação pela PUC/RJ (2000) mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (2006). Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ com pesquisa em desenvolvimento na Linha de Instituições Educacionais, Políticas Públicas e Práticas Educativas e membro do GEPCEP - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículo nas Escolas Públicas e IDEA - Grupo de Pesquisa sobre Inclusão e Diversidade. Atualmente faz parte do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba.

Como citar:

NASCIMENTO, Francisco Juceme Rodrigues do. Meritocracia e cidadania: o papel das instituições educacionais num contexto de privilégios. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 3, p. 83-93, 31ª Edição, 2024. -<https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR